



Mulher, terra e semente: uma só luta

Clara Ribeiro Camargo¹, Maria Lucia Bellenzani², Sheyla Saori Iyusuka³

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar algumas ameaças sofridas pelas agricultoras periféricas paulistanas referentes ao acesso e permanência na terra derivados de fatores diversos como a especulação imobiliária, a violência e a disputa por moradia e áreas verdes interpretando-as a partir do referencial teórico do ecofeminismo. A metodologia de coleta de dados utilizada foi de observação-ação, uma vez que as autoras são articuladoras da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas e atuam na agricultura urbana e periurbana do município de São Paulo. As conclusões sugerem que existe uma grande diversidade de realidades, de agriculturas e de periferias na maior metrópole da América Latina, mas que, apesar dessas diferenças, a constante ameaça de perda da terra e expulsão dos territórios é comum a todas.

Palavras chave: Agroecologia, Ecofeminismo, Periferias, Agricultura Urbana

¹ Mestre e Doutoranda em Ciência Ambiental, onde pesquisa as agricultoras paulistanas em redes de Economia Solidária. Já atuou em projetos e organizações sociais de agroecologia e feminismo em São Paulo e Botucatu. É mãe e participante do Movimento Urbano de Agroecologia.

² Engenheira Agrônoma, Mestre em Ciência Ambiental e Doutoranda em Planejamento e Gestão Territorial. Atuou por mais de 20 anos como servidora pública municipal, sempre nas áreas periféricas. É mãe, integrante da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas, conselheira do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e co-gestora da Rede Ballaio Orgânico.

³ Agrônoma, mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, técnica da SOF Sempre Viva Organização Feminista, parte da equipe AMATER e atuante na região do Vale do Ribeira e agricultura urbana com mulheres agricultoras.

Introdução

Antes de iniciar a escrita deste ensaio, ouvimos o relato na internet de mulheres agricultoras das periferias de São Paulo contando suas experiências agroecológicas na maior metrópole da América Latina. Elas constituem a RAPPa – Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas, uma organização informal, horizontal e autogestionada que agrega agricultoras, coletivos de agricultoras, técnicas e pesquisadoras – e é nesses dois últimos lugares que as autoras se situam, atuantes na agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo. A luta dessas mulheres periféricas é, para nós, um símbolo de resiliência e resistência na cidade. A pandemia da Covid 19 transformou tanto as nossas vidas e as metodologias de pesquisa foram também afetadas por essa ruptura. Se o trabalho de campo, que por escolha metodológica sempre foi nossa maior base de dados real, agora buscamos dialogar, animar e alimentar a rede por meio de depoimentos em vídeos e encontros virtuais. Se para as autoras deste ensaio essa forma de estar no mundo é difícil, para as agricultoras é (ainda mais) desafiadora, dadas as desigualdades sociais estruturais do país que se refletem também na desigualdade de acesso à internet, mesmo em São Paulo. Ainda assim, algumas agricultoras conseguem, em certa medida e, entre quedas e retornos da internet, participar de reuniões com o sinal 3G.

Outras dificuldades aparecem, como a conciliação com os trabalhos domésticos e as tarefas de casa dos filhos que, em geral, são feitas por meio do mesmo aparelho celular. A partir daí, trazemos essa discussão, com o objetivo de avaliar: como alguns conceitos do ecofeminismo dialogam com as ameaças comuns sofridas pelas agricultoras periféricas paulistanas, sobretudo aquelas referentes ao acesso e permanência na terra, derivados de ameaças diversas como a especulação imobiliária e a construção de empreendimentos de infraestrutura, a violência e a disputa por moradia, água e áreas verdes?

Referencial teórico

O feminismo é um tema bastante discutido na atualidade, mas o que muita gente não sabe é que existem muitos feminismos. É fato que reconhecemos que o patriarcado nos oprime de diversas maneiras: na violência doméstica, na quantidade de mulheres estupradas e assediadas na rua, no trabalho, no transporte. A desigualdade no acesso à terra, nas diferenças salariais, na liberdade de se vestir e ocupar a cidade ou a vila. Enfim, é evidente que a nossa sociedade é marcada por profundas desigualdades. Porém, essas desigualdades

são ainda mais marcantes quando há a interseccionalidade de raça e classe e, por isso, a nossa mais sincera gratidão e respeito aos escritos e colocações de Angela Davis, Djamilia Ribeiro, bell hooks, entre outras, por se oporem e darem luz ao que o feminismo branco não via.

Nos chama a atenção como o capitalismo também incorpora esses debates criando meios de se reproduzir e de avançar sobre nossos corpos e territórios, o que torna urgente para o feminismo a incorporação de temas ecológicos, como propõem as autoras do ecofeminismo como Vandana Shiva, Yayo Herrero e, em certa medida, Silvia Federici, autora de *O Calibã e a Bruxa*.

Essas três autoras enxergam a produção de alimentos para a subsistência algo que impacta diretamente a vida das mulheres e cria resistência nos territórios. Apesar de, historicamente, a subsistência ter sido vista como reflexo da pobreza, nos momentos de crise estrutural é ela quem garante a produção e a reprodução da vida. E esse tema, apesar de invisibilizado nas análises dos grandes pensadores da Humanidade - talvez por serem, na maioria, homens e brancos-, tem-se revelado de suma importância, especialmente nesse estágio atual em que estamos inseridos: Brasil – pandemia – ano dois.

O título deste ensaio é inspirado na fala de uma agricultora paulistana que vive e produz alimentos agroecológicos na Comuna da Terra Irmã Alberta⁴, um acampamento de luta pela Reforma Agrária na periferia norte da cidade de São Paulo, em uma live da RAPPa . Interessante perceber a clareza do pensamento de uma mulher idosa que entende que a **emancipação da mulher, da terra e da semente se constitui como uma só luta**. Nessa mesma direção aponta Yayo Herrero (2020) a importância do diálogo entre a economia feminista e a economia ecológica como cruciais para trazer a vida para o centro da própria vida. Segundo esta autora,

reorientar a economia em direção a um modelo justo e sustentável é uma tarefa urgente. As perspectivas convencionais não são capazes de fazê-lo porque o conjunto de instrumentos e teorias que as forjaram, baseadas em apenas alguns indicadores econômicos, não dão conta daquilo que realmente sustenta a vida humana (HERRERO, 2020, p. 17).

⁴ Fala da agricultora Rosângela, da Comuna da Terra Irmã Alberta, em live da RAPPa no Fórum Social da Natureza em 2 de junho de 2020.

É nesse sentido que olhar para a reprodução da vida torna-se urgente, no momento em que a vida é desprezada e a morte atinge patamares sem precedentes na história brasileira por conta da pandemia da Covid 19. Mas de qual vida estamos falando? É claro que valorizamos a liberdade de escolha sobre como viver, todavia, ressaltamos aqui a vida enquanto co-dependência e interdependência. Afinal, desde o nascimento até a morte, precisamos de alguém que cuide das nossas necessidades em maior ou menor escala a depender do momento da vida. Por isso, como, historicamente, esse papel foi atribuído às mulheres, é cada vez mais necessário iluminar esse componente fundamental da vida: o cuidado. A interdependência também nos escancara a ideia de que, para um ter muito, muitos devem não ter nada e, portanto, a busca por equidade também faz parte das regras desse jogo.

Para tanto, é fundamental olhar para os processos que permitem a reprodução da vida na Terra: fertilidade do solo, capacidade de depuração da água, regulação climática, possibilidade de regeneração, estoques de materiais e energia, biodiversidade (Herrero, 2020), residência para vírus, fungos e bactérias e toda a vida que habita esse planeta, o que é feito de maneira exemplar pelas agricultoras.

Mudar o foco da sociedade para esses elementos não tem sido tarefa fácil nestes tempos em que o neofascismo domina o Estado e a sobrevivência é grito de guerra. Ademais, sabemos que as mulheres, a terra e as sementes têm sido alvo de um novo cerceamento. São as mulheres que mais sofrem os efeitos da degradação ambiental (SHIVA, 1993) e também os efeitos da pandemia e do isolamento social. Dados do IBGE revelaram que a participação feminina no mercado de trabalho é a menor em 30 anos, o que representou em 2020, 46,3% das pessoas empregadas no país. Isso porque nas condições impostas pela pandemia, é mais difícil para a mulher conciliar os seus diversos turnos de trabalho.

A terra tem sido alvo de uma imensa especulação para continuar gerando lucro para mineradoras, agronegócio, e grandes empreendimentos de infraestrutura, colocando em risco a vida de populações que dependem dela para sua subsistência. E as sementes também têm sido ameaçadas quando passam a ser patrimônio de uma empresa e não mais um bem comum. Para Vandana Shiva,

Uma semente que se auto reproduz conserva-se livre, um recurso comum, sob controle do agricultor. A semente empresarial tem um custo e está sob o controle do

setor empresarial ou das instituições de investigação agrícola. A transformação de uma fonte comum numa mercadoria, de um recurso auto regenerador numa mera receita, altera a natureza da semente e da própria agricultura. Os camponeses e os agricultores são assim espoliados dos seus meios de sustento pela nova tecnologia, que passa a ser um instrumento de pobreza e de subdesenvolvimento (SHIVA, 1993, p. 45 e 46)

Nas metrópoles, a terra é disputada de outras formas, conforme será descrito no ensaio. Em comum, tais disputas têm o objetivo de gerar lucro a qualquer custo para elites econômicas, expulsando de suas terras as pessoas que buscam formas de sobreviver - e, sobretudo, viver - às margens do capitalismo na sociedade.

É, portanto, na identificação das ameaças sofridas pelos elementos que reproduzem a vida e na iluminação de práticas de resistência a tais ameaças que nos debruçamos neste ensaio, buscando refletir sobre experiências práticas que nos inspiram a permanecer vivas! Pois, vivas nos queremos!

A Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPP): histórico e constituição

A RAPP é uma rede informal, horizontal e autogestionada que agrega e conecta mulheres agricultoras e coletivos de mulheres agricultoras da cidade de São Paulo, além de técnicas e pesquisadoras, a fim estimular a autonomia econômica, geração de renda e promover o protagonismo feminino na construção de políticas públicas, com base nos princípios da agroecologia, economia feminista e solidária, auto-organização e combate a qualquer tipo de violência de gênero. As experiências analisadas neste ensaio são de coletivos de agricultoras participantes da RAPP, atuantes nas periferias da cidade.

A RAPP foi criada em maio de 2018, inicialmente a partir do processo participativo de construção do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, então em construção no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) - órgão colegiado de participação e controle social para a política de desenvolvimento rural sustentável e agroecologia. A partir da constatação de que, apesar da expressiva participação de mulheres agricultoras nas oficinas realizadas no processo, faltava um espaço de debate onde as mulheres estivessem à vontade para expressar livremente suas demandas e questões, uma das conselheiras propôs a criação de um GT mulheres no conselho, o qual realizou um encontro autogestionado exclusivamente de

mulheres. Assim foi feito, com o acolhimento e apoio metodológico da Sempreviva Organização Feminista (SOF), e nasceu a RAPP

Desde esse primeiro encontro a RAPP cresceu - o que brotou de um encontro para debater propostas para o plano tornou-se um campo fértil de aprendizado e diálogo entre saberes. Foram realizados mais oito encontros , sediados e gerenciados por agricultoras e coletivos de agricultoras, nos extremos da cidade. São vivências ricas de trocas e afetos, reunindo ao todo cerca de 200 mulheres, e infelizmente - e temporariamente, esperamos - interrompidas pelo contexto pandêmico.

A elaboração desse artigo ensaio da análise dos relatos desses encontros, que revela a diversidade da agricultura feminina nas periferias paulistanas e a força de resistência que essas mulheres, excluídas dos espaços de construção de políticas públicas, vêm exercendo com a produção de alimentos saudáveis nos espaços rurais, periurbanos e urbanos da maior metrópole brasileira. Nos encontros são realizadas trocas de sementes e debatidos temas de interesse das agricultoras. Vem sendo também realizado um mapeamento coletivo e participativo das áreas de cultivo, pontos de venda, locais de aquisição de insumos e pontos de apoio.

Até março de 2020 foram mapeadas 48 áreas de cultivo, 25 pontos de venda, 6 locais de aquisição de insumos e 17 pontos de apoio, o que permitiu evidenciar a disparidade territorial – enquanto a produção é realizada nas periferias extremas, os pontos de comercialização e serviços de apoio estão localizados quase que totalmente nas áreas centrais, denotando ao mesmo tempo a dificuldade de conexão das agricultoras periféricas tanto com os pontos de venda e consumo quanto entre elas, o que é comum a todos os territórios. Nesse sentido, a experiência da rede tem sido importante para conectar as agricultoras.

Em menos de três anos, a experiência já contribuiu para aumentar o protagonismo feminino na formulação de políticas públicas voltadas à agricultura na cidade de São Paulo. A partir de 2020, e a partir de um processo de conscientização e mobilização acerca da importância de ocuparmos espaço e construirmos protagonismo nas instâncias de controle social de políticas públicas - a rede está presente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (SÃO PAULO, 2021) – tanto pela representação institucional da própria RAPP numa das cadeiras do conselho tanto como

pela expressiva presença de mulheres membros da rede como representantes territoriais de agricultores.

A RAPPa também esteve presente no ato unificado do 8 de março, em 2020 na avenida Paulista - último encontro presencial antes da pandemia - , oferecendo alimentos agroecológicos, protagonizando a importância da aliança campo-cidade e aproximando as pessoas do debate da contaminação dos agrotóxicos e da importância da agroecologia. Na véspera do 8M realizamos nosso último encontro presencial, um encontro de formação, quando conversamos sobre o significado da data, sobre a Marcha Mundial das Mulheres, confeccionamos nosso estandarte e preparamos juntas os alimentos que foram oferecidos à população no ato unificado.

A luta das mulheres agricultoras nas periferias paulistanas: confluências, sinergias e resistências.

(Fazem parte da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas mulheres dos extremos Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade, como pode ser visualizado na figura 1). Um ponto em comum a todas as áreas é a questão do acesso à terra, conflito sempre presente, ainda que sob diferentes formas, na agricultura praticada pelas mulheres nas periferias, ameaçadas pela especulação imobiliária e a violência.

Tanto nos encontros presenciais como nas atividades on line, é possível identificar a grande diversidade de perfis: mulheres cujas famílias eram agricultoras no Nordeste e, ao vir para São Paulo, quiseram resgatar essa tradição; mulheres urbanas que viam na tranquilidade da roça uma opção para o bem-viver; mulheres que ficaram desempregadas ou por terem que cuidar dos filhos, viram na produção de alimentos a única possibilidade de geração de renda ou de minimizar os custos de vida com a compra de alimentos.

Nos eventos on line,⁵ as agricultoras compartilharam a ideia de que a cura do planeta está na volta para a terra e também apontaram como uma grande contradição a ideia de que o ser humano é o único animal que come comida com o veneno que ele próprio produz. Para elas, o alimento é a base da reprodução e valorizá-lo é um debate que vai na contramão da produção do lucro de qualquer maneira.

⁵ Agroecologia, mulheres e políticas públicas em tempos de pandemia, live realizada em 22 de maio de 2020, além da live já citada .

Esse debate reacende uma questão que parecia estar desaparecendo: a terra como fundação da vida. Isso porque, de acordo com FEDERICI (2020, p. 278),

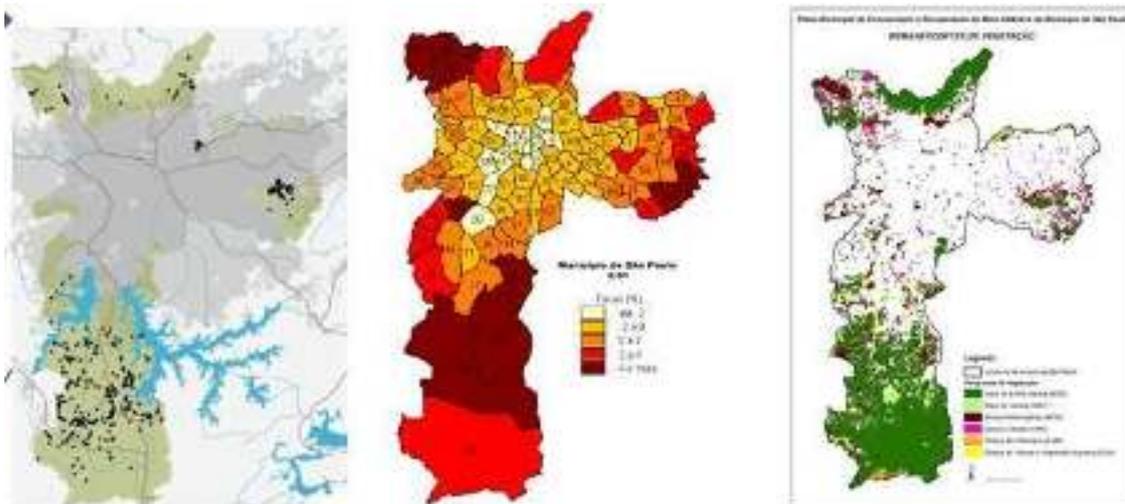
Como consequência da urbanização massiva, a terra não parecia mais ser o meio fundamental de reprodução, e novas tecnologias industriais alegavam fornecer todo o poder, a autonomia e a criatividade anteriormente associadas ao auto fornecimento e à agricultura em pequena escala.

Entretanto, a volta da fome como algo que assola o Brasil, assim como o alto nível de contaminação dos alimentos e da água por agrotóxicos parece trazer mudanças conceituais no que diz respeito à terra, obrigando-nos a olhar para ela não como “um fator de produção irrelevante para o capitalismo moderno. A terra é a base material para o trabalho de subsistência das mulheres que, por sua vez, é a principal fonte de segurança alimentar para milhões de pessoas no planeta” (FEDERICI, 2020, p 279). Para a autora, a luta pela reapropriação da terra como forma de impulsionar a agricultura para subsistência e o uso não comercial dos recursos naturais aponta para uma mudança que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual a reprodução da nossa espécie não seja feita à custa de algumas pessoas e nem que ameace a continuação da vida no planeta (Idem).

No contexto da metrópole, essa luta também se manifesta. Se no campo e nas florestas ela tem sido, ao menos mais discutida e documentada - uma boa fonte para conhecer essas discussões é a recente publicação da Sempre Viva Organização Feminista “Economia feminista e ecológica - resistências e retomadas de corpos e territórios”, em especial o texto de Sheyla Saori sobre as mulheres quilombolas do Vale do Ribeira (IYUSUKA, 2020), no contexto urbano ela permanece invisível, mas não menos importante.

É nesse sentido que iluminar a história de algumas dessas agricultoras paulistanas é relevante, pois são histórias de luta e resistência por permanência na terra. São realidades diferentes dentro da metrópole, mas todas permeadas pela disputa pela terra, que está presente – manifesta ou velada – nos quatro cantos da cidade. Na Figura 1, é possível verificar a correlação espacial da agricultura urbana e periurbana com a importância ambiental e a vulnerabilidade social nas periferias da metrópole.

Figura 1 - Agricultura, Proteção Ambiental e Vulnerabilidade Social na Cidade de São Paulo.



Fonte: Elaboração própria, a partir de mapas gerados pela Prefeitura do Município de São Paulo . <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx>

Na periferia Sul da cidade, onde a maior parte do território é legalmente classificado como zona rural, a maior batalha é para que assim permaneça. Nessa região, área de proteção aos mananciais que abastecem a metrópole, lugar de remanescentes de Mata Atlântica, terras indígenas Guarani⁶ e áreas de proteção ambiental⁷, a ameaça é a expansão urbana, e empreendimentos como o Rodoanel Metropolitano, e a nefasta proposta de um aeroporto em Parelheiros. O primeiro, já implantado, segmentou áreas de floresta e expulsou, mediante compensações pírias e destinadas apenas àquelas e aqueles que tinham documentação regular (raridade na região, sobretudo entre as mulheres agricultoras), as pessoas de suas terras. Já o aeroporto, destinado à aviação executiva e localizado na várzea do reservatório Guarapiranga - que abastece cerca de 20% dos habitantes da metrópole - foi barrado após muita luta. Mas a ameaça ainda paira, ainda mais com a perspectiva de revisão do Plano Diretor Estratégico num governo neoliberal e avesso à participação popular.

Na luta pela preservação da floresta, das águas e da agricultura familiar nesse território tão sensível, foram as mulheres que levantaram as bandeiras: presentes em audiências públicas, organizando cooperativas, manifestando-se em fóruns de debates, as mulheres agricultoras se irmanaram às companheiras dos movimentos de moradia, às

⁶ Terra Indígena Tenonde Porã.

⁷ APA Municipal do Capivari-Monos, APA Municipal Bororé Colônia, Parque Estadual da Serra do Mar e mais cinco parques naturais municipais.

indígenas da terra indígena Guarani Tenonde Porã, às ambientalistas, mostrando que proteção ambiental e agroecologia andam juntas e contrapondo-se à falsa separação entre conservação dos mananciais, moradia e agricultura. Pois a água é um direito, assim como a moradia e a alimentação saudável também o são, e o inimigo é o mesmo: o capitalismo moderno e sua busca incessante por lucros em detrimento dos direitos da maioria.

Na periferia Norte, a especulação imobiliária é voraz e não poupa, senão sem muita luta, o entorno da terra indígena Guarani Jaraguá. Aqui, o exemplo trazido é o da Comuna da Terra Irmã Alberta, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A área, um verdadeiro oásis de verde e de vida espremida entre rodovias, não foi ainda reconhecida como assentamento pelo INCRA e pertence à empresa SABESP, estatal de capital aberto que detém a concessão de água e esgoto de São Paulo. Pelo seu valor, vem sendo crescentemente ameaçada por loteadores, que inclusive, recentemente, forjaram crimes ambientais com o intuito de incriminar a Comuna e deslegitimar a sua luta. Mais uma vez, foram as mulheres - uma delas inclusive conselheira do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável – que denunciaram, fizeram campanhas nas redes sociais e conseguiram pelo menos por enquanto controlar a situação, e estão recuperando a área.

Na periferia Leste e Oeste, muito adensada e carente de áreas verdes, coletivos de mulheres fazem hortas agroecológicas sob linhões de energia, em áreas livres públicas e particulares, em todo lugar onde haja terra para plantar. Aqui, a violência e a falta de segurança jurídica são ameaças. As áreas sob linhões são cedidas a título precário, tanto que recentemente houve uma tentativa, felizmente mal sucedida, de privatizar a faixa de terra onde estão as hortas da Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL).

No contexto da pandemia, o papel dessas hortas tem sido fundamental ao prover alimentos saudáveis para populações carentes e cada vez mais famintas. O coletivo Mulheres do GAU, um entre inúmeros exemplos de redes de solidariedade periféricas – a grande maioria encabeçadas por mulheres- distribui cestas a entidades que acolhem famílias carentes na região de menor IDH da cidade. Pois essas mulheres, que cultivam uma área até então pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e destinada a equipamento social, estão sujeitas, face à extinção da CDHU pelo governo estadual, a perder sua área de cultivo. Laura Carvalho (2021), pesquisadora integrante da

RAPPA, aborda em sua tese de doutorado a luta das mulheres agricultoras na zona leste paulistana.

Outro exemplo é a Vila Nova Esperança, extremo Oeste da cidade, uma ocupação antiga e consolidada num terreno também pertencente à extinta CDHU, ao lado de um importante fragmento florestal protegido por um parque estadual. Até 2014, quando o Plano Diretor Estratégico finalmente definiu a área como Zona Especial de Interesse Social, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente não reconhecia a ocupação e colocava entraves a qualquer melhoria, inclusive abastecimento de água e coleta regular de resíduos sólidos, sob o pretexto de que a ocupação “degradava o meio ambiente”. Mas, pelo contrário: é a comunidade, paradoxalmente, quem cuida e recupera a área, e transformou uma área que servia de depósito de entulho em uma horta agroecológica e cozinha comunitária, que abastece a comunidade e doa alimentos. Mais uma vez, com a liderança de uma mulher.

São muitos os exemplos, o espaço deste ensaio não comporta aprofundar. Mas o pouco que foi relatado mostra a importância da luta das mulheres, sobretudo as mulheres periféricas, indígenas e negras (todas as agricultoras citadas aqui são negras), na luta pela terra urbana e pelo direito à água e alimentos livres de veneno na metrópole paulistana.

O protagonismo das mulheres agricultoras está presente nas periferias – no plural, ressaltamos – territórios vulneráveis social e ambientalmente, onde a luta por direitos sociais é indissociável da proteção ambiental. A terra para moradia, para produção de alimentos, para a proteção da biodiversidade e das águas, é disputada palmo a palmo. Os relatos ilustraram, com a brevidade que o espaço de um ensaio impõe, essa disputa.

A visão da Economia Feminista

Para interpretar a atuação das mulheres agricultoras em São Paulo, faz sentido recorrer aos conteúdos desenvolvidos pela Economia Feminista, capazes de compreender a vida e o trabalho das mulheres a partir da ótica de uma matriz de opressão e violência: o patriarcado - que anda de mãos dadas com o capitalismo. Para Cristina Carrasco (2012), os sistemas naturais, o trabalho de cuidados e a criação e manutenção das comunidades não foram analisados por pensadores na reflexão sobre a sustentabilidade, foram invisibilizados. De acordo com ela, se não fossem essas esferas, o sistema capitalista já havia colapsado. O trabalho de cuidados, por exemplo, refere-se à provisão de bens materiais, mas também de

afetos, segurança, autoestima, fundamentais para a constituição de comunidades seguras e resilientes.

Trazer luz para esses trabalhos de cuidados é importante, portanto, para entender que eles existem, são estruturantes na manutenção da vida na Terra e é feito, majoritariamente, por mulheres. Porém, são essas mulheres que mais sofrem com os processos de globalização e feminização da pobreza . Isso porque o capitalismo “depende” desses trabalhos reprodutivos, porém, muitas vezes, não os remunera, gerando desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, são eles que permitem a reprodução da vida e da força de trabalho (FEDERICI, 2020).

Desse modo, é o papel atribuído às mulheres socialmente, vinculado à esfera doméstica, que condiciona o seu olhar e sua prática para o cuidado com as pessoas e os bens comuns, expressos também no seu maior envolvimento na transição agroecológica dos agroecossistemas (SOF, 2018; ANA, 2015), o que se dá tanto em contextos rurais como urbanos e periurbanos. Isso explica porque as mulheres também têm protagonizado experiências de produção de alimentos em aliança com a conservação socioambiental - não a partir de uma essência maternal, mas pela própria divisão sexual do trabalho.

Considerações finais

Os conceitos da economia feminista e do ecofeminismo têm ajudado a organizar ações e visibilizar os trabalhos das mulheres agricultoras, principalmente neste momento de isolamento social e crise econômica, em que a miséria cresce e as questões sobre o acesso aos alimentos e saúde se tornam centrais.

Os diversos coletivos de mulheres que estão organizados na RAPPa têm trazido experiências solidárias e de afetos comunitários neste período. Novos acordos e negociações dentro das casas, pela falta da rede de cuidados com crianças e idosos neste momento e nas hortas comunitárias foram reformuladas. O acesso a baixos dados de celulares e o uso de aparelhos mais simples, são colocados também como dificuldades para que a rede continue atuando, mesmo que de maneira virtual. Porém as mulheres têm compartilhado que a produção e as redes de solidariedade não pararam neste período.

Muitas experiências vêm se fortalecendo nesse momento pandêmico, onde parte da sociedade se movimenta em solidariedade. O preparo de alimentos para comercialização

online, vendas de marmitas a baixo custo para trabalhadores das comunidades e produtos in natura agroecológicos que foram ampliados, como circuitos curtos de comercialização e grupos de consumo. Nesse contexto, os trabalhos considerados invisíveis à economia, como o preparo de alimentos que geralmente está mais voltado para o autoconsumo, com pouca geração de renda, acaba se tornando central, como única fonte de renda para muitas famílias neste período de desemprego.

A RAPPa tem sido uma importante rede para mulheres divulgarem suas ações, compartilharem receitas e suas produções. Antes da pandemia, nos encontros presenciais, adotamos como metodologia conhecer a área de produção, uma roda de conversa para compartilhar conhecimentos e percepções, e a própria organização autogestionada - desde o transporte e alimentação solidários à programação das atividades. É desafiador relatar, em encontros virtuais, lives e no grupo de whatsapp, os problemas e desafios dos territórios em que estão inseridas. Uma vez que a rede é também composta por técnicas de instituições - que, no caso da prefeitura, são as que cedem ou mediam a cessão de áreas/ para as hortas comunitárias, a ausência do afeto caloroso dos encontros presenciais torna mais difícil e delicada a troca. Mas é com amor, como nos ensina bell hooks, que seguimos nessa trilha desafiadora.

Conforme apontam os relatos, muitas hortas, ocupações e áreas de produção estão localizadas em locais com grande especulação imobiliária, conflitos socioambientais e desigualdades extremas das periferias metropolitanas. Ainda assim, mesmo diante das ameaças, as agricultoras periféricas mostram que a diversidade de produção, o cultivo para o autoconsumo e para o abastecimento da comunidade próxima são prioridades, e tem se tornado mais e mais importantes no contexto da pandemia. . E isso tem permitido olhar para a dicotomia produção e reprodução com outro sentido, pois é exatamente esse trabalho, voltado ao cuidado da terra e das pessoas e não ao mercado, que atualmente tem contribuído para a geração de renda e fortalecimento de laços comunitários.

Considerar a reprodução da vida como um eixo organizador das relações sociais e econômicas tem gerado respostas concretas às necessidades das famílias nas periferias. A produção agroecológica urbana e periurbana, a atuação em redes e a construção de alianças entre os diferentes coletivos de mulheres agricultoras têm promovido a possibilidade de resistir, produzindo alimentos saudáveis e conservando a água e a biodiversidade, às ameaças e pressões da expansão urbana.

Referências Bibliográficas:

ADESAMPA. Agroecologia, mulheres e políticas públicas em tempos de pandemia: conversa com a RAPPa (live) . <https://www.facebook.com/adesampaoficial/posts/1629512780540237>

ANA. **La construcción de una agenda feminista en la agroecología.** In: Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo: 2015.

BELLENZANI, Maria Lucia Ramos. COLETA, Flávia Bigai. IYUSUKA, Sheyla Saori. **Mulheres Agricultoras em São Paulo-SP: Tecendo a teia da Agroecologia nas periferias paulistanas.** In, Cadernos de Agroecologia, v. 15 n. 3 (2020): Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife/PE, Brasil. Disponível em: [/http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6368](http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6368)

CARRASCO, Cristina. **Apuntes para una vida sostenible.** In Revista “Sostenibilitats. Polítiques públiques des del feminisme i l’ecologisme”, Maria Freixanet (coord.) ICPS 2012

CARVALHO, Laura Martins de. **Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Saúde pública da Universidade de São Paulo: 2021.

FARIA, Nalu, **A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero.** Disponível em <https://www.sof.org.br/2011/06/20/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/>. 2011

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista;** tradução de Coletivo Sycorax - São Paulo: Elefante, 2019. 388p

HERRERO, Yayo. **Economia Ecológica e Economia Feminista: um diálogo necessário.** In Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020.

IYUSUKA, Sheyla Saori. **Economia Verde e Financeirização da Natureza: as respostas das comunidades e das mulheres às mudanças climáticas.** In Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020.

NOBRE, Miriam. **Economia Solidaria y Economia Feminista: Elementos para una agenda.** In: Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. SOF; São Paulo: 2015

NOBRE, Miriam. MORENO, Renata. **Natureza, trabalho e corpo: Percursos feministas e pistas para a ação.** In: Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020.

SHIVA, Vandana. MIES, Maria. **Ecofeminismo.** Tradução de Fernando Dias Antunes. Coleção: Epistemologias e Sociedades. Instituto Piaget. Lisboa: 1993.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2009.

RAPPa. Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas..Mulheres em Rede na Agricultura Urbana. (live) <https://www.facebook.com/forumpopularданatureza/videos/259880315256944>

SOF Sempre Viva Organização Feminista. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira.** São Paulo: SOF, 2018. 84 p

SÃO PAULO (Município), 2021. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Conselheiros_CMDRSS_%202019-2021.pdf

<https://www.facebook.com/adesampaoficial/posts/1629512780540237>

Disposições finais:

À Capes pela provisão de bolsa de doutorado para a realização da pesquisa Mulheres e Agroecologia em São Paulo: Estudos de Caso.

À Fapesp, em nome do Projeto Temático de Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática, processo número 15/03804-9.

Ao Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão Territorial da Universidade Federal do ABC, em nome do grupo de pesquisa Ruralidades Metropolitanas.

À RAPPa e a todxs agricultorxs que produzem a vida em meio a tanta adversidade, plantando a esperança e fazendo a resistência. .